

ANEXO XII – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº XXX/2021

MINUTA

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CENTRO DE EXCELÊNCIA EM BOVINOCULTURA DE CORTE SENAR MS (CEBC) E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CONFORME EDITAL Nº XXX/2021, CONCORRÊNCIA Nº XXX/2021 E SEUS ANEXOS.

O **Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional de Mato Grosso do Sul** pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 04.253.881/0001-03, estabelecida na Rua Marcino dos Santos, n.º 401, Chácara Cachoeira II, em Campo Grande/MS, por meio de sua filial **Centro de Excelência em Bovinocultura de Corte Senar MS**, inscrito no CNPJ/MF sob nº **04.253.881/0002-94**, estabelecida na Avenida Rádio Maia, nº 830, Vila Popular, nesta capital neste ato representado, conforme PORTARIA N.º 011/17/PRES.CA, pelo Superintendente, **Sr. Lucas D. Galvan**, brasileiro, portador do RG n.º 33.430.987-6 SSP/SP e CPF n.º 996.035.431-87, residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº....., Inscrição Estadual nº....., Inscrição Municipal nº....., com sede na, neste ato representada por, portador do RG nº..... e do CPF nº, e-mail, doravante denominada **CONTRATADA** celebram o presente CONTRATO de prestação de serviços, de acordo com o que determina o Regulamento de Licitações e Contratos – RCL do SENAR, aprovado pela Resolução nº 01/CD, de 15/02/2006, do Conselho Deliberativo do SENAR, alterada nos termos da Resolução nº 033/CD, de 28/06/2011 (DOU 29/06/2011) e pela Resolução nº 032/CD, de 15/03/2012 (DOU 23/03/2012) e legislação pertinente, bem como cláusulas e condições constantes do ato convocatório, o qual decorre da homologação do resultado do CONCORRÊNCIA n.º xxx/2021, referente ao Processo n.º xxx/2021, pelo Presidente do

Conselho de Administração do SENAR-AR/MS, aplicando-se a este as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de pessoa jurídica para implantação de central geradora de energia elétrica por meio de usinas fotovoltaicas conectadas à rede da distribuidora local, na modalidade de Geração Distribuída – GD, com potência de 154,8 kWp para atendimento das demandas do Centro de Excelência em Bovinocultura de Corte **SENAR MS**

1.1.1. DAS CARACTERÍSTICAS DO OBJETO

Item	Discriminação	Informações Complementares
3.1	Local de instalação	Município de Campo Grande MS
3.2	Endereço	Avenida Rádio Maia, 830 - Vila Popular 79.106-550 - Campo Grande - MS
3.3	Acesso	Ver imagem de localização da usina
3.4	Coordenadas	-20.446915, -54.718555
3.5	Potência da usina	Módulo Solar: 154,8 kWp
		Inversor: 120,0 kW
3.6	Potência dos módulos solares	≥ 450 Wp
3.7	Tipo de instalação	Estacionamento – Car Port

1.2. O Edital e os ANEXOS I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, são considerados partes integrantes e indissociáveis deste instrumento, independente de transcrição.

1.3 Escopo dos Serviços

1.3.1. Fornecer e instalar uma central geradora de energia elétrica por meio de usina fotovoltaica conectada à rede da distribuidora local, na modalidade de Geração Distribuída – GD, com potência de 154,8 kWp de painéis e potência de 120 kW de inversor, a ser montada em Carport, em área definida conforme item 3.2.3. abaixo, no Centro de Excelência em Bovinocultura de Corte SENAR MS, em Campo Grande MS, devendo estar incluso o fornecimento de todos os materiais e equipamentos a serem montadas conforme projeto executivo aprovado.

1.3.2. Área Definida.

A figura abaixo mostra a área destinada a instalação do sistema solar do SENAR-AR/MS, localizada em sua sede em Campo Grande MS, devendo a **CONTRATADA** ser responsável pela locação da área da usina, conforme projeto executivo.



Fig.1 – Local de Instalação da Usina

1.3.3. Características da Área

- Topologia plana.
- Fácil acesso.
- Não há risco de a vegetação local produzir sombreamento sobre os módulos solares.
- Sem necessidade supressão da vegetação natural.
- Pouca presença de aves devido à vegetação local ser rasteira, com baixo risco de sujeira por elas produzidas sobre os módulos solares.

1.3.4. ESPECIFICAÇÕES GERAIS PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

1.3.4.1. Limpeza da Área

Antes da execução da usina solar, a área destinada à sua implantação deverá ser isolada por fita zebrada de sinalização, para evitar acesso de pessoas não pertencentes a equipe da empresa contratada tenha acesso ao local da obra.

1.3.4.2. Estrutura Metálica para Montagem dos Painéis em Solo.

A empresa contratada deverá apresentar projeto estrutural do Carport metálico que sustentará os painéis solares, devidamente assinada pelo responsável técnico legalmente habilitado, atendendo aos requisitos a seguir:

- a) Os suportes metálicos para sustentar os painéis solares deverão ser em aço galvanizado de alta resistência com revestimento anticorrosivo, fixada sobre pilares em perfis do mesmo material, engastado ao solo por meio de fundações com furo de no mínimo 80cm de profundidade e diâmetro de 30cm, preenchido com concreto no traço 1:2:3, obedecendo detalhes constantes no projeto.

b) As estruturas devem estar projetadas para resistir aos esforços de vento grau 3, de acordo com a NBR 6123/1988 e, a ambientes de corrosividade atmosférica igual a C4, em conformidade com a ISO 9223.

CLASSE	INTENSIDADE	VELOCIDADE
1	MÍNIMA	Entre 120 km/h e 152 km/h
2	MODERADA	Entre 153 km/h e 176 km/h
3	FORTE	Entre 177 km/h e 208 km/h
4	EXTREMA	Entre 209 km/h e 248 km/h
5	CATASTRÓFICA	Mais de 249 km/h

estudeeratis.com.br

Corrosividade da Atmosfera	V _{corr inicial} (µm.ano ⁻¹)	V _{corr estacionária} (µm.ano ⁻¹)
C1	Muito baixa	< 1,3
C2	Baixa	1,3 - 25
C3	Média	25 - 50
C4	Alta	50 - 80
C5	Muito Alta	80 - 200

ISO 9226.

c) Sempre que possível devem ser utilizados furos já existentes nos perfis, além de aplicar materiais vedantes, a fim de eliminar quaisquer tipos de infiltração de água no interior da unidade.

1.3.5. ESPECIFICAÇÕES GERAIS PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

A - Obras e Serviços Associados:

- Serviços Preliminares.
- Central Geradora.
- Conexão da Usina ao Sistema de Distribuição da ENERGISA MS.

1.3.5.1. Serviços Preliminares: A área disponibilizada pelo **SENAR-AR/MS** para a montagem da usina solar é plana e dispensa intervenções para o seu preparo, limitando-se a limpeza e pequenas correções através de terraplenagem.

1.3.5.2. Central Geradora

A Central Geradora compreende:

- Estrutura de suporte para montagem dos módulos.
- Módulo solar fotovoltaico.
- Caixas de Ligação (Sprint Box).
- Inversor de corrente.
- Cabeamento Solar de Corrente Contínua (CC).
- Cabeamento (CA) de Baixa Tensão.
- Conectores e proteção CC e CA da usina.
- Aterramento da usina.
- Sistema de Monitoramento e Controle.

1.3.5.3. Estruturas de Suporte para Montagem dos Módulos

a) Os módulos solares serão apoiados sobre carport de aço galvanizado de alta resistência com revestimento anticorrosivo, fixada sobre pilares em perfis do mesmo material, engastado ao solo por meio de fundações com furo de no mínimo 80cm de profundidade e diâmetro de 30cm, preenchido com concreto no traço 1:2:3, obedecendo detalhes constantes no projeto.

b) As estruturas devem estar projetadas para resistir aos esforços de vento grau 3, de acordo com a NBR 6123/1988 e, a ambientes de corrosividade atmosférica igual a C4, em conformidade com a ISO 9223.

CLASSE	INTENSIDADE	VELOCIDADE
1	MÍNIMA	Entre 120 km/h e 152 km/h
2	MODERADA	Entre 153 km/h e 176 km/h
3	FORTE	Entre 177 km/h e 208 km/h
4	EXTREMA	Entre 209 km/h e 248 km/h
5	CATASTRÓFICA	Mais de 249 km/h

estudegratis.com.br

Corrosividade da Atmosfera	$V_{cor\ inicial}$ ($\mu m.ano^{-1}$)	$V_{cor\ estabelecida}$ ($\mu m.ano^{-1}$)
C1	Muito baixa	< 1,3
C2	Baixa	1,3 - 2,5
C3	Média	2,5 - 5,0
C4	Alta	5,0 - 8,0
C5	Muito Alta	8,0 - 200

ISO 9226

c) Sempre que possível devem ser utilizados furos já existentes nos perfis, além de aplicar materiais vedantes, a fim de eliminar quaisquer tipos de infiltração de água no interior da unidade.

1.3.5.4. Módulo Solar Fotovoltaico

O módulo solar é o elemento básico da usina, sendo o dispositivo para converter a energia da luz do Sol em energia elétrica, e sua composição consiste em células fotovoltaicas com a propriedade de ter sensibilidade de absorver a energia solar e gerar a eletricidade.

A usina fotovoltaica objeto do presente projeto irá utilizar módulos de silício cristalino (c-Si), do tipo mono ou policristalino, com as características mínimas, a seguir:

- a) Potência do módulo fotovoltaico: $P \geq 400Wp$.
- b) Eficiência do módulo fotovoltaico: $\eta \geq 16,5\%$.
- c) Número de células em série: ao menos 72 células.
- d) Terminais de conexão: tipo MC6.
- e) Laterais: com estrutura de alumínio anodizado.
- f) Certificação IEC 61730 (Photovoltaic module safety qualification).
- g) Certificação IEC 61215 (Crystalline silicon terrestrial photovoltaic modules design qualification and type approval).
- h) Certificação INMETRO (Portaria INMETRO 004/2011 – RTAC001652 Revisão dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Sistemas e Equipamentos para Energia Fotovoltaica e outras providências) ou na ausência deste, certificação internacional de credibilidade similar.
- i) Classe de proteção II segundo a norma IEC 61215.
- j) Caixa de conexão IP 65, com bornes e diodos de passagem (by-pass) já montados, e conectores a prova d'água e de engate rápido (por exemplo, MC3, MC4 etc.).
- k) Variação máxima da potência nominal nas STC em relação à de placa de $\pm 5\%$.
- l) Garantia de, no mínimo, 10 (dez) anos para substituição de módulos que apresentem defeitos.
- m) Garantia de potência de, no mínimo, 25 (vinte e cinco) anos para substituição de módulo que apresentem uma degradação de potência acima de:
10% relativo à potência nominal nos primeiros 10 (dez) anos, e

20% relativo à potência nominal em 20 (vinte) anos.

1.3.5.5. Caixas de Ligação

A caixa de ligação será do tipo String Box, que combina a entrada de várias sequências de strings em saídas de menor número para conectar-se aos inversores, simplificando de forma organizada a entrada da fiação no gabinete de distribuição de energia CC, e é dotada dos seguintes recursos, dentre outros:

- Proteção contra curto-circuito e sobrecorrente do lado CC.
- Permite a entrada de até 16 strings.
- Suporta tensão máxima no barramento de até 1.500 Volts.
- Dispõe de SPD (proteção contra surto) fotovoltaico específico de 1500 Volts.
- Monitora a corrente e a tensão de string de alarme de falha.
- Proteção IP65 para suportar as intempéries de instalação e uso em ambientes externos.

1.3.5.6. Inversor

O inversor solar ou inversor fotovoltaico, é um tipo de conversor elétrico que converte a saída de corrente contínua variável de um painel solar fotovoltaico em uma corrente alternada com a mesma frequência da rede elétrica comercial.

As usinas de minigeração fotovoltaicos objetos do presente projeto irão utilizar inversores trifásicos, com tensão CA compatível com o padrão de distribuição da concessionária ENERGISA MS.

Os inversores a serem instalados na usina objeto do presente Termo de Referência deverá atender aos seguintes requisitos:

- a)** Deverão ser do tipo GRID-TIE, ou seja, projetado para operar conectado à rede da concessionária local de energia elétrica na frequência de 60 Hz. B)
- b)** A relação entre a potência nominal do inversor e a potência nominal dos arranjos formado pelos módulos fotovoltaicos conectados a ele (FDI - Fator de Dimensionamento de Inversores) não deve ser inferior a 0,75.
- c)** Deve apresentar eficiência máxima de pico superior a 97% e nível de eficiência europeia superior a 96,5%, quando o carregamento for igual ou superior a 50%.
- d)** Não deve possuir elementos passíveis de substituição com baixa periodicidade, de forma a propiciar vida útil longa, sem a necessidade de manutenção frequente.
- e)** Deve ser capaz de operar normalmente à potência nominal, sem perdas, na faixa de temperatura ambiente de 0°C a 45°C.
- f)** A distorção harmônica de corrente (THDI) do inversor deve ser menor que 3,5%.
- g)** A tensão de saída do inversor deve ser compatibilizada ao nível nominal de utilização da concessionária de energia local e, se for necessário, instalar um autotransformador de potência

aparente (kVA) compatível com a soma das potências ativas dos mesmos, com a relação de transformação que garanta a tensão de saída padronizada pela concessionária local.

h) O inversor deve atender a todos os requisitos e estar configurado conforme as normas IEC/EN 61000-6-1/61000-6-2/61000-6-3, IEC 62109-1/2, IEC 62116, NBR 16149 e DIN VDE 0126-1-1.

i) O inversor com potência nominal até 10KW deve possuir certificação do INMETRO.

j) Deve ter capacidade de operar com fator de potência entre 0 (zero) e 1 (um), e a regulação deve ser automática, em função da tensão e corrente na saída do sistema.

k) Deve incluir proteção contra o funcionamento em ilha, respeitando a resposta aos afundamentos de tensão.

l) Deve incluir proteção contra reversão de polaridade na entrada c.c., curto-circuito na saída c.a., sobretensão e surtos em ambos os circuitos, c.c. e c.a., proteção contra sobrecorrente na entrada e saída além de proteção contra sobre temperatura.

m) O quadro de paralelismo do inversor do sistema fotovoltaico, disjuntor de proteção e barramentos associados, cabo de entrada e saída devem ser dimensionados e instalados em conformidade com a NBR 5410.

n) Deve ter grau de proteção mínimo IP 65 e atender a todas as exigências da concessionária de energia local.

o) Deve possuir display digital para configuração e monitoramento dos dados e permitir monitoramento remoto e monitoramento local (com e sem fio). Na ausência de display, deve permitir configuração e monitoramento através de aplicativo para smartphone, tablet ou notebook.

p) Apresentar vida útil mínima esperada de, ao menos, 10 anos.

q) Dispor de chave seccionadora c.c. integrada ao inversor.

r) Monitorar falhas de terra.

s) Monitorar a rede elétrica c.a. (tensão, corrente, potência e frequência).

t) Possuir Certificação CEI-0-21- Reference technical rules for the connection of active and passive users to the LV electrical Utilities.

u) Dispor de intervalo de operação de tensão e corrente dos MPPT compatível com a necessidade de projeto, mantendo a eficiência do sistema.

v) Dispor de proteção contra polarização inversa no lado c.c.

w) Possuir nível de emissões de ruído ≤ 55 dB(A).

x) Permitir o monitoramento remoto dos principais parâmetros c.c./c.a (no mínimo tensão c.c. por MPPT, corrente c.c. por MPPT, potência c.c. por MPPT, tensão c.a., corrente c.a., potência c.a. frequência c.a.).

y) Dispor de interface de comunicação RS 485 ou equivalente.

1.3.5.7. Cabeamento Solar Fotovoltaicos (CC)

Os cabos elétricos, quando instalados ao tempo, devem apresentar as seguintes características:

- a)** Ser resistentes a intempéries e à radiação UV.
- b)** Apresentar a propriedade de não propagação de chama, de auto extinção do fogo e suportar temperaturas operativas de até 90°C.
- c)** Ser maleáveis, possibilitando fácil manuseio para instalação.
- d)** Apresentar tensão de isolamento apropriada à tensão nominal de trabalho.
- e)** Apresentar garantia mínima de 5 anos, vida útil de 25 anos e certificação TUV.

1.3.5.8. Cabeamento (CA) de Baixa Tensão.

Os Cabos de baixa tensão do lado CA serão em cobre, tensão 1 kV, isolação de borracha EPR ou XLPE. Os circuitos CA que saem dos inversores serão paralelizados e encaminhados através de eletrodutos enterrado ao solo, a uma profundidade mínima de 30cm, até ao ponto de conexão com a rede da concessionária – Quadro de Paralelismo a ser montado em abrigo a ser construído junto ao poste do Posto de Transformação e Medição, conforme detalhes constantes em projeto.

1.3.5.9. Conectores e Proteção CC e CA.

a - Conectores

Os conectores CC devem permitir a conexão elétrica em série entre os módulos fotovoltaicos e a conexão da série (string) com o cabo que chega ao inversor.

Todas as conexões utilizarão conectores tipo MC4 ou similares que apresentem os mesmos padrões. Em terminações de cabos que não utilizam conectores do tipo MC4 serão utilizados terminais pré-isolados.

b- Proteção CC

b.1- Proteção contra surtos

Os módulos fotovoltaicos devem ter Dispositivos de Proteção contra Surtos (DPS), instalados nas caixas de conexão, entre ambos os polos das conexões das strings e entre eles e o condutor de aterramento.

b.2- Proteção contra sobrecorrentes e corrente de curto-circuito

A proteção CC contra sobrecorrentes e corrente de curto-circuito do sistema solar projetado será realizada através de fusíveis e disjuntores próprios para circuitos fotovoltaicos, sendo do tipo gPV para para os fusíveis e quando aplicado disjuntores, os mesmos deverão ser do tipo CC Solar e ter corrente de atuação em tempo convencional de 135% a corrente nominal do dispositivo, que é o padrão recomendado para proteção CC através de disjuntores.

c - Proteção CA

A proteção CA contra sobrecorrentes e corrente de curto-circuito do sistema solar projetado será realizada através de disjuntores próprios para circuitos em corrente alternativa (CA).

1.3.5.10. Aterramento da Usina

- a)** A malha de aterramento projetada deve atender as NBR's 5410, 5419 e 16690, para estar em conformidade com as normas brasileiras que regem sobre o assunto e atender aos requisitos de segurança, operando de forma suficiente nos casos de falhas, sem comprometer o sistema.
- b)** Após a execução da malha de aterramento da usina e sua correspondente interligação ao aterramento local existente, deverá ser realizada medição da malha com terrômetro calibrado, utilizando-se o método de aferição conforme recomendação do fabricante, e o registro da medição deve apresentar os menores valores possíveis.
- c)** Todas as estruturas metálicas e equipamentos devem estar conectados ao sistema de aterramento, de forma a garantir a equipotencialidade.

1.3.5.11. Sistema de Monitoramento e Controle

A usina fotovoltaica a ser implantada será fornecida com um sistema supervisório remoto, de tal forma que os dados da planta possam ser monitorados remotamente. O sistema supervisório deve apresentar, minimamente, as seguintes características:

- Acesso remoto por qualquer dispositivo conectado à internet.
- Acesso via celular e tablet compatível com as plataformas IOS e Android.
- Envio de dados por conexão Wi-Fi.
- Permite a ligação de até 64 inversores para monitoramento.
- Envia e-mail e SMS com alerta em tempo real no caso de falha.
- Permite extrair relatórios de dados e enviar, regulamente, por e-mail.

1.3.5.12. Conexão da Usina ao Sistema de Distribuição da ENERGISA MS

A usina solar objeto deste projeto será conectada ao sistema de distribuição da concessionária local (Energisa MS), no Quadro de Paralelismo a ser montado em abrigo a ser construído junto ao poste do Posto de Transformação e Medição, conforme detalhes constantes em projeto.



1.4. SERVIÇO DE ENGENHARIA

1.4.1. Projeto Executivo

1.4.1.1. Não está incluso no Escopo da **CONTRATADA** o Projeto Executivo.

1.4.1.2. O **SENAR-AR/MS** deverá entregar a **CONTRATADA**, em meio digital (arquivo .DWG), o projeto aprovado pela distribuidora.

1.4.2. Condições de Segurança do Trabalho

1.4.2.1. Nas instalações e montagens, a equipe da **CONTRATADA** deverá utilizar todos os EPI e EPC necessários, e seguir todas as normas de segurança aplicáveis, sobretudo as seguintes normas regulamentadoras: NR06; NR10; NR35.

1.4.2.2. Nenhum trabalhador da equipe poderá executar suas funções, sem estar portando e utilizando os EPI's necessários.

1.4.2.3. A **CONTRATADA** deverá apresentar à Fiscalização, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência das atividades, os certificados válidos dos cursos de NR 10 e de NR 35 para todos os trabalhadores que estiverem expostos aos riscos elétrico e de altura. As frentes de serviço somente podem realizar suas atividades mediante a devida regularização.

1.4.3. Comissionamento da Usina

O comissionamento da Usina deverá ser realizado pelo **SENAR-AR/MS** ou por terceiro contratado para esse fim e deve constar no mínimo de:

14.4.4. Inspeção visual

Deve ser realizada inspeção visual das estruturas metálicas, módulos, conectores e quadros.

1.4.5. Inspeção termográfica

Após início de operação da Usina, mediante uma câmera termográfica e com o gerador fotovoltaico operando normalmente (conectado à rede), deve ser observada a temperatura dos

módulos fotovoltaicos, registrando a diferença de temperatura entre a célula mais quente e a mais fria, e também qualquer temperatura absoluta próxima ou maior que 100° C. Essa análise deve ainda buscar microfissuras nos módulos, e, em caso de identificação, é dever da **CONTRATADA** a substituição do mesmo. Da mesma forma, deve, ainda, ser realizada avaliação termográfica dos quadros elétricos.

1.4.6. Teste de módulos individuais e strings

Serão testados 4 módulos selecionados aleatoriamente.

O teste será feito sem desmontar os módulos da estrutura de suporte e, simplesmente, serão desconectados do gerador.

Serão obtidas ainda as curvas I-V e P-V de todos os strings, individualmente.

Devem ser realizados ainda teste de tensão, polaridade e resistência de isolamento de cada string.

1.4.7. Avaliação de desempenho

O princípio do teste consiste em observar as condições durante a operação real do sistema operação a energia efetivamente fornecida à rede elétrica e comparar a energia estimada a ser fornecida pelo sistema.

O período de registro deve englobar desde o nascer até o pôr do Sol e os valores de irradiação solar registrados com periodicidade menor que 1 (um) minuto.

Durante o teste deve ser evitada qualquer ação que afete o grau de limpeza dos geradores e dos módulos de referência.

Outros esforços de manutenção podem ser feitos, registrando cuidadosamente os detalhes (causas, tarefa e duração) em um relatório específico para o tempo de duração do teste.

Ao final desse teste, deve ser plotado gráfico das medições de Performance pela Irradiação Solar bem como apresentada a performance média do sistema.

1.4.8. Caracterização dos inversores

Consiste em realizar a medição da eficiência do inversor em relação à carga.

A eficiência do inversor consiste na capacidade de conversão de energia CC em CA. Deve-se utilizar analisador de energia medindo a tensão CC, a corrente que alimenta a entrada do inversor, a corrente de saída e as três tensões CA de fase.

Deve-se avaliar a curva de eficiência medida para diferentes níveis de carregamento do inversor e comparar com a curva de eficiência apresentada pelo fabricante.

Deve-se realizar a medição de eficiência para cada modelo de inversor instalado no Sistema fotovoltaico a ser avaliado.

1.5. Projeto AS-BUILT

Antes da realização do comissionamento a **CONTRATADA** deverá entregar em meio digital

(arquivo .DWG) e impresso o As-Built da instalação, contendo todas as modificações no Projeto executivo, previamente aprovada, a qual será conferida mediante inspeção pelo SENAR ou Terceiro contratado.

1.6. Administração da Obra

Para a execução dos serviços objeto deste instrumento deverá ser observadas as leis e posturas municipais para a realização de serviços.

Conforme a necessidade, o **SENAR-AR/MS** poderá solicitar a realização de serviços em horários específicos, devendo a **CONTRATADA** considerar a hipótese de, eventualmente, realizar serviços em finais de semana e feriados.

Em situações extraordinárias e havendo necessidade para tal, poderá a fiscalização solicitar interrupção temporária dos trabalhos, o que deverá ser imediatamente acatado pela **CONTRATADA**.

1.6.1. A administração da obra deverá ser composta pelos seguintes profissionais:

a) 01 (um) Engenheiro Eletricista, legalmente habilitado, que será o Responsável Técnico pela execução dos serviços e deverá acompanhar a obra.

b) O Engenheiro Eletricista da **CONTRATADA** deverá emitir ART de execução dos serviços, antes do início das atividades.

c) A qualquer momento, a fiscalização poderá exigir a troca de qualquer membro da administração, mediante notificação à **CONTRATADA**, devendo ser acatado, de imediato.

d) No caso de necessidade de substituição do responsável técnico ao longo do contrato, deverá ser efetuada a baixa ou substituição da ART, conforme indicação do Conselho respectivo. O novo profissional deverá atender às exigências mínimas indicadas para habilitação conforme previsto neste instrumento, devendo ser submetido à Fiscalização seus atestados e respectivas Certidões de Acervo Técnico do CREA.

e) A direção dos serviços deverá caber ao profissional Engenheiro Eletricista, que deverá comparecer à sede do Centro de Excelência em Bovinocultura de Corte SENAR MS - CEBC, ou outro local designado, toda vez que a Fiscalização exigir, bem como acompanhar a Fiscalização durante as visitas à obra e quando solicitado pelo Fiscal, sempre que devidamente comunicado.

f) No caso de falta do Responsável Técnico à visita programada na obra ou nas dependências do Centro de Excelência em Bovinocultura de Corte SENAR MS - CEBC, a **CONTRATADA** será advertida. No caso de reincidência, a fiscalização poderá solicitar a troca do profissional faltante e/ou paralisar a obra.

g) Todas as ocorrências estranhas ao andamento dos trabalhos deverão ser comunicadas por e-mail, tanto pela **CONTRATADA** como pela Fiscalização, com a devida identificação do subscrevente.

h) Todos os profissionais elencados deverão possuir vínculo profissional com a **CONTRATADA**,

a ser comprovado mediante apresentação, quando exigido.

1.7. GARANTIA

1.7.1. A garantia técnica corresponde ao prazo de 02 (dois) anos, na qual a **CONTRATADA** deve analisar e atender as solicitações nos seguintes prazos:

a) Prazo para início do atendimento no local da instalação: 02 (dois) dias úteis.

b) Prazos para conclusão do atendimento:

Caso a solução do problema implique na substituição de módulos fotovoltaicos, o prazo será de 10 (dez) dias úteis.

Caso a solução do problema implique no conserto ou substituição do inversor, o prazo será de 20 (vinte) dias úteis.

Caso a solução do problema implique na substituição de cabos expostos ao tempo, o prazo será de 05 (cinco) dias úteis.

Caso a solução do problema implique na substituição em algum dos demais componentes eletrônicos do sistema, o prazo será de 05 (cinco) dias úteis.

Caso a solução do problema esteja relacionada com a instalação do sistema e serviços de engenharia, o prazo será de 03 (três) dias úteis.

c) Deverá ser fornecido pela **CONTRATADA** um número telefônico e um endereço eletrônico para abertura de chamados.

d) Após a abertura do chamado, deverá ser enviado um e-mail para o SENAR-AR/MS contendo o número do protocolo, o resumo da descrição, data e hora da abertura do chamado.

e) A **CONTRATADA**, após a realização dos serviços de manutenção e suporte técnico, deverá apresentar um Relatório contendo: a identificação do chamado com número de protocolo único para cada ocorrência, data e hora de abertura e da conclusão do chamado, status do atendimento, identificação do erro/defeito, técnico responsável, e outras informações pertinentes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS APLICÁVEIS

2.1. Integram este instrumento os documentos a seguir discriminados, cujo inteiro teor as partes declaram ter conhecimento e aceitam, independentemente de sua anexação:

a) Edital nº xxx/2021 e seus Anexos.

b) Proposta de Preços da **CONTRATADA**.

c) Documentos de Habilitação.

d) Demais elementos integrantes do procedimento licitatório.

2.2. Os documentos referidos no item anterior são considerados suficientes para, em complemento a este instrumento, definirem a sua extensão, e desta forma, reger sua adequada execução, independentemente de transcrição.

2.3. O presente instrumento, tem-se por instruído com as certidões de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal e Previdência Social (INSS), Fazenda Estadual ou Municipal (aquela que for pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste instrumento), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho (CNDT – TST) da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DAS FONTES DE RECURSO

3.1. O valor da **contratação** é de R\$ **xxxxxxxxxx** (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).

3.2. As despesas com a **contratação** correrão por conta dos recursos previstos no orçamento anual do **SENAR-AR/MS**, por conta do(s) seguinte(s) **CÓDIGO(S) ORÇAMENTÁRIO(S):** **xxxxxxxxxxxxxx**.

3.3. Este instrumento poderá sofrer acréscimos em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado contratado, na forma do art. 30 do RLC do SENAR e suas alterações.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1. O presente instrumento vigorará pelo período de **180 (cento e oitenta dias)**, a partir da data de emissão da autorização de fornecimento, podendo ser prorrogado por igual período, desde que pesquisa de mercado demonstre que o preço se mantém vantajoso, nos termos constantes no art. 34 do RCL do SENAR.

4.2. Todas as alterações contratuais por acordo entre as partes, desde que justificadas e as decorrentes de necessidade de prorrogação ou alterações de preço e/ou prazo deverão ser formalizadas por meio de **TERMO ADITIVO**, desde que observados os motivos de conveniência e oportunidade, hipóteses legais previstas no RLC do SENAR.

CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O regime de execução adotado será a empreitada indireta por preço global.

5.2. A solicitação dos serviços, após assinatura do contrato mediante autorização de fornecimento ocorrerá de forma total, de acordo com o indicado neste instrumento, atendendo as necessidades do SENAR-AR/MS sendo que:

a) Como condição obrigatória para o início da execução dos serviços, a **CONTRATADA** deverá apresentar, até o décimo dia após o recebimento da autorização de fornecimento:

- Garantia contratual, nos termos estabelecidos no Edital.
- Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do responsável técnico pela execução da obra, onde deverá constar nome, título e número de registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA).

- Indicação do Mestre de Obras ou Encarregado ou do Técnico em Eletrotécnica, Coordenador dos Serviços.
- Comprovação de vínculo profissional com a CONTRATADA dos profissionais **indicados** acima.

b) A **CONTRATADA** deverá apresentar à Fiscalização, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência das atividades, os certificados válidos dos cursos de NR 10 e de NR 35 para todos os trabalhadores que estiverem expostos aos riscos elétrico e de altura. As frentes de serviço somente podem realizar suas atividades mediante a devida regularização.

5.3. A prestação dos serviços ocorrerá de segunda a sexta feira as 08h00 as 17h00 no **CENTRO DE EXCELÊNCIA BOVINOCULTURA DE CORTE SENAR MS**, situado a av. Radio Maia nº 830 Vila Popular.

5.4. Na execução do objeto deverão ser observadas, de modo geral, as Especificações, Posturas, Normas Técnicas, Leis e Regulamentos vigentes em todo o território nacional, bem como será necessário possuir e/ou observar, independente de exigência expressa neste instrumento ou seus anexos, as licenças, alvarás e/ou certificados necessários à fabricação, comercialização, distribuição, fornecimento e/ou prestação de serviços relacionados a qualquer dos materiais envolvidos na execução do objeto, incluindo, mas não se limitando, as expedidas pelos órgãos fiscalizadores, agências de regulação, institutos de metrologia, órgãos de controle ambiental.

5.5. DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

5.5.1. Concluída a obra, ela será recebida provisoriamente pela Fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em até 10 (dez) dias, contados da data da comunicação escrita da **CONTRATADA**.

5.5.2. A fiscalização poderá recusar o recebimento provisório da obra, caso haja inconformidades significativas quanto às especificações e com relação ao padrão de qualidade de acabamento.

5.5.3. No caso de inconformidades que não impeçam o recebimento provisório, estas serão relacionadas em documento anexo ao termo circunstanciado e deverão estar corrigidas até o recebimento definitivo.

5.5.4. O prazo para execução das inconformidades apontadas pela Fiscalização será definido pelo Fiscal, após análise da complexidade dos serviços, e será informado no Termo de Recebimento Provisório, não podendo ultrapassar 15 (quinze) dias.

5.5.5. Após o recebimento provisório da obra e até seu recebimento definitivo, a **CONTRATADA** deverá fornecer toda assistência técnica necessária à solução das imperfeições detectadas na

vistoria final, bem como as surgidas nesse período, independentemente de sua responsabilidade civil.

5.5.6. O recebimento definitivo da obra será efetuado por funcionário ou comissão designada pelo **SENAR-AR/MS**, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, ficando a **CONTRATADA** obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

5.5.7. O recebimento da obra está condicionado à verificação do atendimento aos seguintes aspectos:

a) Ressarcimento ao **SENAR-AR/MS**, por eventuais prejuízos, vícios e danos provocados ao seu patrimônio durante a execução dos serviços ou após a entrega provisória da usina, caso seja comprovado que o prejuízo tenha sido ocasionado por negligência da **CONTRATADA** ou por vício de obra.

b) Pleno atendimento ao projeto; às normas; às especificações; e, aos padrões de qualidade.

c) Limpeza geral da obra na entrega.

5.6. DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO REMOTO.

5.6.1. O sistema de monitoramento web e celular deverá coletar e monitorar todos os dados dos sistemas fotovoltaicos instalados. Deverá enviar, pelo menos, as seguintes informações:

a) A energia gerada (diária, mensal, anual) em kWh.

b) Tensão e corrente CC por inversor.

c) Tensão e corrente CA por inversor.

d) Potência em kW CA de saída por inversor.

e) Gerenciamento de alarmes.

f). Registro histórico das variáveis coletadas de, ao menos, 12 (doze) meses.

5.7. DO TREINAMENTO.

5.7.1. O objetivo do treinamento é capacitar os técnicos do SENAR-AR/MS para a operação, gerenciamento e monitoramento dos sistemas.

5.7.2. A duração do treinamento deverá ser de 08 (oito) horas.

5.7.3. O programa do treinamento deverá ser aprovado previamente pelo SENAR-AR/MS e deverá estar coerente com os equipamentos instalados.

5.7.4. O treinamento deverá ser dividido em duas partes, sendo uma delas teórica, a ser realizada no Centro de Excelência em Bovinocultura de Corte SENAR MS - CEBC, e a outra, de caráter totalmente prático, deverá ser feita no local das instalações dos sistemas fotovoltaicos, devendo ser percorrido todas as instalações da usina, para que a equipe de treinados do **SENAR-AR/MS** possa conhecer o sistema e suas particularidades.

5.7.5. A turma será composta por até 05 (cinco) pessoas, indicadas pelo **SENAR-AR/MS**.

5.7.6. A CONTRATADA deverá emitir certificado de participação no treinamento para os participantes, contendo a ementa do curso oferecido.

5.8. Na execução do objeto deverão ser observadas, de modo geral, as Especificações, Posturas, Normas Técnicas, Leis e Regulamentos vigentes em todo o território nacional, bem como será necessário possuir e/ou observar, independente de exigência expressa neste instrumento ou seus anexos, as licenças, alvarás e/ou certificados necessários à prestação de serviços relacionados a qualquer dos materiais envolvidos no objeto contratado, incluindo, mas não se limitando, as expedidas pelos órgãos de controle ambiental.

5.9. Não será admitida a subcontratação parcial ou total do objeto deste Instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento, decorrente da execução do objeto será efetuado, por meio de crédito em conta bancária após a apresentação da nota fiscal (sob NCM 85013220) e recebimento do objeto, em até 25 (vinte cinco) dias, respeitando o Cronograma de Pagamentos do SENAR-AR/MS onde:

- a)** Os pagamentos serão efetuados nos dias 15 e 30 de cada mês, mediante crédito em conta bancária de sua titularidade, sendo programados para o primeiro dia útil subsequente caso recaiam sobre feriado, final de semana ou data em que não haja expediente no **SENAR-AR/MS**;
- b)** As notas fiscais recebidas e aceitas entre os dias 21 e o dia 05 do mês seguinte terão seus pagamentos executados no dia 15 mais próximo; e,
- c)** As notas fiscais recebidas e aceitas entre os dias 06 e 20 de cada mês terão seus pagamentos executados no dia 30 mais próximo.

6.1.1. A liquidação financeira ficará condicionada à entrega e aceitação do objeto contratado, bem como o envio da respectiva nota fiscal para o e-mail notafiscal@senarms.org.br.

6.1.2. Os documentos fiscais encaminhados em data que não houver expediente no **SENAR-AR/MS**, serão considerados como recebidos no primeiro dia útil subsequente.

6.1.3. As notas fiscais deverão ser encaminhadas para o e-mail notafiscal@senarms.org.br no ato de sua emissão, a fim de evitar transtornos caso seja necessário o seu cancelamento.

6.1.4. Não produzirão efeitos, notas fiscais endereçadas a e-mail que não seja aquele previsto no **subitem 6.1.3**, nem documentos fiscais cujo envio não tenha sido autorizado pelo **Centro de Excelência em Bovinocultura de Corte Senar MS**.

6.1.5. A nota fiscal, para liquidação e pagamento da despesa deverá estar obrigatoriamente atestada pelo SENAR-AR/MS, e acompanhada dos relatórios com a prestação dos serviços definidos no cronograma de execução de cada etapa, ficando seu pagamento condicionado a verificação da regularidade fiscal da CONTRATADA para com a Fazenda Federal e Previdência Social (INSS), Fazenda Estadual ou Municipal (aquela que for pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste instrumento), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho (CNDT – TST).

6.1.6. Caso a execução do objeto seja realizada através de nota fiscal da Matriz ou Filial cujo CNPJ seja diferente do constante na Proposta apresentada, esta deverá estar acompanhada das mesmas certidões mencionadas no item anterior.

6.1.6.1. Somente poderá ocorrer a situação acima, caso não ocorra à alteração de Alíquota de ICMS ou qualquer outro custo que possa ser creditado ao **SENAR-AR/MS**.

6.2. Deverá constar na nota fiscal emitida: o período faturado, as quantidades, o valor unitário, o valor total, o número da conta bancária, agência e banco a ser efetuado o pagamento e o número da Autorização de Fornecimento.

6.3. Somente será recebido pela fiscalização se estiver em conformidade com a planilha de medição dos serviços elaborada pela Fiscalização.

6.4. Valores constantes da nota fiscal deverão refletir fidedignamente o objeto contratado pelo

6.5. As notas fiscais não aprovadas pelo **SENAR-AR/MS** serão devolvidas ao **FORNECEDOR**, para as devidas correções, acompanhadas dos motivos de sua rejeição, renovando-se o prazo para pagamento estabelecido no **subitem 6.1** deste Instrumento, a partir da sua reapresentação, sem qualquer tipo de correção de seu valor.

6.6. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos pertinentes à execução do objeto não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao **SENAR-AR/MS**, nem pode onerar o objeto contratado.

6.7. Os pagamentos serão efetuados conforme a conclusão das etapas do cronograma apresentado no Anexo VI.

6.8. O pagamento da última parcela ficará vinculado ao Recebimento Definitivo (emissão do Termo de Recebimento Definitivo do serviço).

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1. Constituem obrigações da **CONTRATADA**, além das demais previstas neste documento ou dele decorrentes:

7.1.1. Designar um responsável para ser o contato de referência para todas e quaisquer soluções necessárias visando a boa execução deste instrumento.

7.1.2. Cumprir o objeto do presente instrumento, executando o objeto em estrita observância as exigências contidas neste Instrumento, Termo de Referência, Edital e seus anexos, realizando inclusive as substituições que se fizerem necessárias, ainda que em casos de greve ou paralização de qualquer natureza.

7.1.3. Manter, durante a vigência deste instrumento, todas as condições de habilitação válidas, apresentando sempre que exigido, os comprovantes de regularidade fiscal, bem como quaisquer outras determinações legais que sejam próprias de seu ramo de atividade mesmo que não inseridas neste instrumento ou instrumentos a ele vinculados.

7.1.4. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

7.1.5. Assumir, com exclusividade, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto desta contratação, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias.

7.1.6. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obrigar por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento deste instrumento.

7.1.7. Praticar rigorosamente os preços estabelecidos na sua Proposta de Preços para a execução do objeto.

7.1.8. Não subcontratar ou transferir em hipótese alguma os direitos advindos deste instrumento a terceiros, seja a que título for.

7.1.9. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

7.1.10. Comunicar ao responsável indicado pelo **Centro de Excelência em Bovinocultura de Corte Senar MS** sobre qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados.

7.1.11. Encaminhar as notas fiscais para pagamento juntamente com as certidões de regularidade fiscal e outros documentos que se fizerem necessários.

7.1.12. Comunicar imediatamente ao **Centro de Excelência em Bovinocultura de Corte Senar MS** qualquer alteração em seus dados cadastrais.

7.1.13. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização, cujas reclamações se obrigam prontamente a atender, corrigindo imediatamente as deficiências

apontadas, sejam elas relativas à execução do objeto ou burocráticas, bem como dará ciência ao **Centro de Excelência em Bovinocultura de Corte Senar MS**, prontamente e por escrito, de qualquer anormalidade verificada na execução do objeto.

7.1.14. Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados, ao **Centro de Excelência em Bovinocultura de Corte Senar MS** e/ou a terceiros, por seus empregados e/ou prepostos, dolosa ou culposamente, quando da execução do objeto.

7.1.15. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, sem justificativas aceitas pelo **Centro de Excelência em Bovinocultura de Corte Senar MS**, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar a aplicação das sanções previstas na legislação vigente.

7.2. Constituem obrigações do **Centro de Excelência em Bovinocultura de Corte Senar MS**, além das demais previstas neste documento ou dele decorrentes:

7.2.1. Designar formalmente um responsável para fiscalizar, atestar e acompanhar a execução do objeto pela **CONTRATADA**.

7.2.2. Arcar com os compromissos financeiros decorrentes da execução do objeto, nos prazos estabelecidos no presente instrumento.

7.2.3. Fornecer informações, dados e elementos à **CONTRATADA**, das especificações e características pertinentes à execução do objeto.

7.2.4. Proporcionar todas as facilidades para que a **CONTRATADA** possa desempenhar seus serviços dentro das normas/especificações contidas neste instrumento e na legislação pertinente em vigor.

7.2.5. Rejeitar qualquer material/produto/serviço em desacordo com as orientações passadas pelo **Centro de Excelência em Bovinocultura de Corte Senar MS** ou com as especificações constantes neste Instrumento, no Termo de Referência, no Edital e seus Anexos.

7.2.6. Notificar, formal e tempestivamente a **CONTRATADA** sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste instrumento.

7.2.7. Notificar a **CONTRATADA** fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades encontradas na execução do objeto.

7.2.8. Atestar as notas fiscais correspondentes, por intermédio da unidade demandante/fiscalizadora.

7.2.9. Efetuar os pagamentos na forma convencionada, dentro dos prazos, desde que atendidas às formalidades previstas.

7.2.10. Não permitir que outrem execute o objeto desta licitação que se obrigará a **CONTRATADA**.

7.2.11. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.

CLÁUSULA OITAVA – DA OBSERVÂNCIA DO CÓDIGO DE CONDUTA E DAS POLÍTICAS DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE DO SENAR-AR/MS

8.1. A **CONTRATADA**, em caráter irrevogável e irretratável, assume o fiel cumprimento do Programa de Integridade do **SENAR-AR/MS**, pautando sua conduta durante a vigência de toda a relação contratual nos princípios da ética, da integridade e da moralidade e boa-fé, incluindo, mas não se limitando, a evitar por si e/ou através de terceiros, seja total ou parcialmente, direta e/ou indiretamente, relações e condutas que incorram na prática de atos de corrupção, fraudes ou demais atos ilícitos e contrários às Políticas de Integridade da entidade, sob pena de responsabilização e rescisão contratual.

8.1.1. A **CONTRATADA** se obriga a adotar conduta justa e ética, respeitando as diretrizes estabelecidas no Código de Conduta do **SENAR-AR/MS**, disponível no endereço eletrônico <http://www.senarms.org.br>, o qual desde já declara conhecer e estar vinculada.

8.1.2. A **CONTRATADA** se compromete, ainda, a instruir seus colaboradores alocados na execução deste contrato, sobre o cumprimento obrigatório das diretrizes contidas no Código de Conduta do **SENAR-AR/MS**.

CLÁUSULA NONA – DO DEVER DE MANTER SIGILO

9.1. A **CONTRATADA** obriga-se a manter em absoluta confidencialidade todas as informações, dados e documentos, aos quais terá acesso em razão da execução deste instrumento, não podendo divulgar, ceder, doar, repassar, vender, reproduzir por quaisquer meios ou transferir as informações, a qualquer título, em qualquer tempo e circunstância, tampouco usá-las em benefício próprio ou de terceiros ou para finalidade diversa da ora ajustada, salvo mediante autorização expressa e por escrito do **Centro de Excelência em Bovinocultura de Corte Senar MS**.

9.1.1. Entende-se por informações confidenciais toda a informação não conhecida pelo público em geral, quer sejam de origem técnica, negocial ou de qualquer outra natureza, manifestadas de forma tangível ou intangível.

9.2. A **CONTRATADA** deve ainda, adotar todas as providências necessárias para somente transmitir as informações a que tiver acesso os seus sócios, integrantes não-sócios, prepostos, representantes, empregados, estagiários, colaboradores e/ou prestadores de serviços que necessitem ter acesso às mesmas para a execução deste instrumento, obrigando-se a cumprir com todas as obrigações de confidencialidade contidas nesta cláusula.

9.3. Se a **CONTRATADA** for obrigada, por ordem judicial, administrativa ou de órgão governamental, por lei, norma, regulamentação ou por intimação ou outro procedimento legal aplicável à divulgação de informações confidenciais, ela poderá fazê-lo sem que seja caracterizado o descumprimento desta cláusula, desde que o **Centro de Excelência em**

Bovinocultura de Corte Senar MS seja imediatamente notificado acerca de referida solicitação e que a tenha cumprido no limite do exigido.

9.4. Caso a **CONTRATADA** utilize, em benefício próprio ou de terceiros, informações sigilosas às quais tenha acesso por força de suas atribuições contratuais, será rescindido, de imediato, o contrato firmado, sem prejuízo de ser responsabilizada civil, criminal e administrativamente e, eventual, apuração e retenção dos créditos decorrentes de sua execução, até os limites dos prejuízos causados ao **Centro de Excelência em Bovinocultura de Corte Senar MS**.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

10.1. O **Centro de Excelência em Bovinocultura de Corte Senar MS** fiscalizará a execução do objeto pela **CONTRATADA** por meio de colaborador designado formalmente e que verificará o cumprimento das especificações solicitadas, no todo ou em parte, no sentido de corresponderem ao desejado ou especificado.

10.2. A fiscalização pelo **Centro de Excelência em Bovinocultura de Corte Senar MS** não desobriga a **CONTRATADA** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto desse instrumento.

10.3. A ausência de comunicação por parte do **Centro de Excelência em Bovinocultura de Corte Senar MS**, referente a irregularidades ou falhas, não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades determinadas nesse instrumento.

10.4. A fiscalização se reserva ao direito de impugnar caso a execução do objeto pela **CONTRATADA** não forem entregues a contento, ficando a **CONTRATADA** obrigada a refazê-los, sem quaisquer ônus para o **Centro de Excelência em Bovinocultura de Corte Senar MS**.

10.5. O fiscal deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA INEXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES FIRMADAS PELA CONTRATADA

11.1. A inexecução, total ou parcial, injustificada ou a execução deficiente, irregular ou inadequada do objeto contratado, assim como o descumprimento dos prazos e das condições estipuladas neste instrumento poderá, garantida a prévia defesa da **CONTRATADA**, ensejar sua rescisão, sendo que para quaisquer destas hipóteses, mesmo que não resultante de rescisão contratual, o **SENAR-AR/MS** poderá, igualmente garantida à prévia defesa, aplicar as seguintes penalidades:

11.1.1. ADVERTÊNCIA, nas hipóteses de:

a) prestação de serviços em desconformidade com as especificações técnicas, de execução irregular ou extemporânea do ato de entrega, que não resulte em prejuízo para a execução do objeto contratado.

b) deixar de manter e/ou comprovar sua regularidade fiscal e demais condições de habilitação exigidas para a correta execução do objeto, até finda vigência do contrato.

11.1.2. MULTA MORATÓRIA de natureza não compensatória pelo não cumprimento das condições estabelecidas nesse instrumento, correspondente a:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia sobre o valor do serviço não entregue, até o limite de 10% (dez por cento) de seu valor.

b) 10% (dez por cento) sobre o valor do serviço contratado, quando no ato de seu pagamento não for comprovada a regularidade e fiscal para com a Fazenda Federal e Previdência Social (INSS), Fazenda Estadual ou Municipal (aquela que for pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste instrumento), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho (CNDT – TST) e a CONTRATADA não providenciar após notificada.

11.1.3. MULTA COMPENSATÓRIA, correspondente à:

a) 10% (dez por cento) sobre o valor contratado na hipótese de recusa em iniciar a execução do serviço após assinado o contrato.

b) 10% (dez por cento) sobre o valor contratado na hipótese em que a CONTRATADA perder os requisitos de habilitação e não os restabelecer após notificada.

c) 10% (dez por cento) sobre o valor contratado na hipótese em que se verificar o inadimplemento total ou parcial do ajuste por parte da CONTRATADA, determinante para ensejar a rescisão do contrato.

11.1.4. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA do direito de licitar ou contratar com o **SENAR-AR/MS** pelo **prazo de até 02 (dois) anos.**

11.2.2. A falta de regularidade fiscal da **CONTRATADA** ensejará a interrupção da execução do objeto, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato pelo **SENAR-AR/MS**.

11.2.3. Para a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, a **CONTRATADA** será notificada para apresentação de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação.

11.2.4. Após a decisão definitiva, em se aplicando a penalidade de multa, o **SENAR-AR/MS**, poderá descontá-la dos pagamentos eventualmente devidos à **CONTRATADA** ou proceder a sua cobrança administrativa e/ou judicial.

11.2.5. As penalidades previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente com as outras penalidades previstas neste item, assim como com a penalidade de rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da adoção de outras medidas extrajudiciais e/ou judiciais cabíveis.

11.2.6. Acaso os prejuízos decorrentes do inadimplemento por parte da **CONTRATADA** superem o valor das penalidades impostas, o **SENAR-AR/MS** se reserva ao direito de cobrar judicialmente a diferença verificada.

11.2.7. Fica expressamente acordado que, em caso de rescisão, nenhuma remuneração será cabível, a não ser o ressarcimento de despesas autorizadas pelo **SENAR-AR/MS** e comprovadamente realizadas pela **CONTRATADA**.

11.2.8. Em caso de **REINCIDÊNCIA** da **CONTRATADA** em qualquer das hipóteses de inexecução, poderá ser rescindido contrato unilateralmente, no que tange ao item que lhe tenha sido adjudicado, cumuladas as penalidades previstas, garantida a defesa prévia.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA POLÍTICA DE COMBATE À CORRUPÇÃO

12.1. Ajustam as partes, em caráter irrevogável e irretratável, que a relação contratual ora celebrada deverá obedecer aos mais estritos e rigorosos conceitos e princípios da ética, moralidade e boa-fé na execução do objeto deste instrumento, incluindo, mas não se limitando, a evitar por si e/ou através de terceiros, seja total ou parcialmente, direta e/ou indiretamente, relações, contatos e/ou contratos e parcerias com quaisquer tipos e/ou espécies de agentes que por qualquer meio ou forma tenham tido participação em atividades comerciais ilícitas, incluindo aí a da concorrência antiética ou desleal, das quais, em função da atividade exercida, as partes dela sabem ou deveriam de saber.

12.2. As partes também, garantem e concordam que, em cumprimento dos seus deveres e obrigações decorrentes deste instrumento, bem como seus sócios, integrantes não-sócios, prepostos, representantes, empregados, estagiários, colaboradores e/ou prestadores de serviços, cumprirão com todas as leis aplicáveis, incluindo leis antissuborno, regras, códigos, despachos, regulamentos, decretos, normas e convenções de qualquer jurisdição relevante, bem como a Lei n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção Brasileira), às leis de qualquer país ou qualquer outro diploma legal similar.

12.3. A **CONTRATADA** assume que é expressamente contrária à prática de atos que atentem contra o patrimônio e a imagem do **SENAR-AR/MS** e se compromete a estabelecer, de forma clara e precisa, os deveres e as obrigações de seus sócios, integrantes não-sócios, prepostos, representantes, empregados, estagiários, colaboradores e/ou prestadores de serviços em questões comerciais, para que estejam sempre em conformidade com as leis, as normas vigentes e as determinações aplicáveis ao **SENAR-AR/MS** e a este instrumento.

12.4. Fica acordado, que nenhuma das partes, poderá oferecer dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria, quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras, benefícios de qualquer espécie que constituam prática

ilegal ou de corrupção sob a leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta ao objeto deste instrumento, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus sócios, integrantes não-sócios, prepostos, representantes, empregados, estagiários, colaboradores e/ou prestadores de serviços ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

13.1. No desenvolvimento das atividades relacionadas com a execução deste instrumento, as Partes observarão, no que couber, as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), e respectivas regulamentações, comprometendo-se a proceder ao correto e adequado tratamento de dados pessoais a que tiverem acesso, inclusive pugnando pelo estrito e fiel cumprimento de suas obrigações relacionadas ao tema.

13.1.1. A violação dos preceitos legais aplicáveis, por qualquer das Partes, sujeita a infratora às sanções contratuais, civis e penais decorrentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

14.1. O presente instrumento poderá ser rescindido unilateralmente pelo **SENAR-AR/MS**, garantida a prévia defesa da **CONTRATADA**, nos seguintes casos:

- a)** inadimplemento total ou parcial das obrigações contratuais assumidas;
- b)** Ausência de regularidade fiscal da **CONTRATADA**;
- c)** inobservância do Código de Conduta do **SENAR-AR/MS**;
- d)** inobservância das Políticas do Programa de Integridade do **SENAR-AR/MS**;
- e)** inobservância das leis aplicáveis ao combate à corrupção, incluindo leis antissuborno, regras, códigos, despachos, regulamentos, decretos, normas e convenções de qualquer jurisdição relevante, bem como a Lei n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção Brasileira), às leis de qualquer país ou qualquer outro diploma legal similar.

14.1.1. A rescisão contratual fica condicionada à notificação da **CONTRATADA** para exercício do contraditório e ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação.

14.1.2. A rescisão, por quaisquer dos motivos previstos nos dispositivos do diploma legal anterior, não dará à **CONTRATADA** o direito à indenização a qualquer título, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, salvo ressarcimento de despesas autorizadas pelo **SENAR-AR/MS** e comprovadamente realizadas pela **CONTRATADA**.

14.1.3. A rescisão acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte do **SENAR-AR/MS**, a retenção dos créditos decorrentes deste instrumento, limitada ao valor dos prejuízos causados, até a completa indenização dos danos, o que fica, desde já, expressamente autorizado pela **CONTRATADA**.

14.2. O presente instrumento poderá ainda ser rescindido amigavelmente, desde que verificada a conveniência e oportunidade por parte do **SENAR-AR/MS** e seja expressamente consentido por ambas as partes.

14.3. Em caso de cisão, incorporação ou fusão da **CONTRATADA** com outras empresas, caberá ao **SENAR-AR/MS** decidir expressamente pela continuidade do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA NOVAÇÃO

15.1. A não utilização, por qualquer das partes, dos direitos assegurados a elas, neste instrumento e na legislação em geral, e a não aplicação de quaisquer sanções neles previstas não importam em novação a seus termos; não devendo, portanto, ser interpretadas como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras, e todos os recursos postos à disposição do **SENAR-AR/MS** serão considerados como cumulativos e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, para dirimir todas as questões oriundas do presente contrato, sendo esta competente para a propositura de qualquer medida judicial, decorrente deste instrumento contratual, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acordados, assinam os representantes das partes contratantes o presente instrumento, juntamente com 02 (duas) testemunhas, de tudo cientes, para que produzam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Grande, MS, xx de xxxxxx de 2021.